

Oliveira, Cleber Vasconcelos. Aspectos da pesca no Brasil: contexto, cenários e perspectivas. *GeoGraphos* [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de junio de 2018, vol. 9, nº 107 p. 158-186. [ISSN: 2173-1276] [DL: A 371-2013] [DOI: 10.14198/GEOGRA2018.9.107].



<http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal>

Vol. 9. Nº 107

Año 2018

ASPECTOS DA PESCA NO BRASIL: CONTEXTO, CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

Cleber Vasconcelos Oliveira

Centro de Tecnologia e Recursos Naturais-UFCG (Campina Grande, Paraíba, Brasil)

Correio eletrônico: cleberolivier34@gmail.com

Janaína Barbosa da Silva

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (Campina Grande, PB, Brasil)

Correio eletrônico: janainasimov@yahoo.com.br

Recibido: 4 de mayo de 2018. Aceptado: 2 de junio de 2018

RESUMO

Essa pesquisa apresenta as contribuições da socioantropologia marítima em torno dos estudos etnográficos pesqueiros no litoral brasileiro, especialmente entre as décadas de 1940 e 2010. Desde os idos coloniais, populações tradicionais de pescadores têm nos recursos pesqueiros a manutenção de sua subsistência econômica e seu *status quo* social ancorado em práticas e saberes culturais reproduzidos empiricamente através das gerações. No entanto, entraves resignificaram a atividade nas últimas décadas alijando essas populações de direitos e, sobretudo, de alternativas viáveis de sobrevivência nos mais largos aspectos. Empenha-se neste estudo a transposição do resgate e atualização bibliográfica, mas dar visibilidade à realidade das sociedades haliêuticas na sua importância econômica e alimentar, nas representações sociais simbólicas, no seu campo de luta e resistência que perpassa na manutenção identitária, organizacional e no desenvolvimento sustentado coparticipado de governança de seus espaços e recursos naturais.

Palavras-chave: Estudos etnográficos pesqueiros, comunidades tradicionais pescadoras, *status quo* da pesca.

ASPECTS OF FISHING IN BRAZIL: CONTEXT, SCENARIOS AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

The present work presents the contributions of marine socio anthropology around the ethnographic studies of fishing in the Brazilian coast, especially between the decades of 1940 and 2010. Since the colonial years, traditional populations of fishermen have in the fishing resources the maintenance of their economic subsistence and their status anchored in cultural practices and knowledge reproduced empirically through the generations. However, rulers have reframed the activity in the last decades, eliminating these populations of rights and, above all, viable alternatives of survival in the broadest aspects. In this study the transposition of the rescue and bibliographical updating is carried out, but it gives visibility to the reality of the fishing societies in their economic and alimentary importance, in the symbolic social representations, in their field of struggle and resistance that perpasses in the maintenance of identity, organization and development sustained co-participated governance of their spaces and natural resources.

Key-words: Ethnographic fisheries studies, traditional fishermen communities, fisheries status quo.

ASPECTOS DE LA PESCA EN BRASIL: CONTEXTO, ESCENARIOS Y PERSPECTIVAS

RESUMEN

Esta investigación presenta las contribuciones de la socioantropología marítima acerca de los estudios etnográficos pesqueros en el litoral brasileño, especialmente entre las décadas de 1940 y 2010. Desde los pueblos coloniales, poblaciones tradicionales de pescadores tienen en los recursos pesqueros el mantenimiento de su subsistencia económica y su status quo social anclado en prácticas y saberes culturales reproducidos empíricamente a través de las generaciones. Sin embargo, las barreras resignificaron la actividad en las últimas décadas aligerando esas poblaciones de derechos y, sobre todo, de alternativas viables de supervivencia en los aspectos más dilatados. En este estudio se realiza la transposición del rescate y actualización bibliográfica, pero dar visibilidad a la realidad de las sociedades pesqueras en su importancia económica y alimentar, en las representaciones sociales simbólicas, en su campo de lucha y resistencia que atraviesa en el mantenimiento identitaria, organizacional y en el desarrollo sostenido coparticipado de gobernanza de sus espacios y recursos naturales.

Palabras clave: Estudios etnográficos pesqueros, comunidades tradicionales de pescadores, *statu quo* de la pesca.

INTRODUÇÃO

Estudos decorrentes da Antropologia e Geografia foram significativos na constituição da tessitura teórica em torno do entendimento de conceitos relativos às populações tradicionais, territórios de pesca, territorialidades e as diferentes maneiras com que os sujeitos da pesca dialogam com os elementos naturais.

Igualmente como pescadores tecem suas redes expressando materialmente seu cabedal de conhecimentos acumulados, dialogamos com autores de diferentes campos do saber para esta confecção teórica, a citar Diegues (1983; 1995; 1999; 2004); Begossi (1992; 1992a); Ramalho (2002; 2015) Maldonado (1986; 1993); Báez (2016); Silva (1986); Haesbaert (2006); Cordell (1967), entre outros.

O tratamento acadêmico conferido à etnografia pesqueira esteve historicamente a cargo de Antropólogos que remontaram seus estudos dando ênfase às sociedades primitivas e seus sistemas econômicos simples do que necessariamente a compreensão de: sua organização econômica; organização do trabalho; as espécies capturadas, e as mais apreciadas; o calendário produtivo; os petrechos e técnicas utilizados e o tempo dedicado aos diferentes trabalhos (Rodrigues e Giudice, 2011). Portanto, modalidade de pesquisa versada à compreensão minuciosa e detalhada da vida social de uma população em condição espacial muito delimitada (Oliveira e Maio, 2011).

O pioneirismo nos estudos sociais das populações pesqueiras no Brasil remonta a década de 1945, com Gioconda Mussolini e o seu interesse pelos aspectos de vida da pesca da população Caiçara no Litoral Paulista. Suas contribuições possibilitaram um arcabouço teórico que se estenderia às regiões Nordeste, Sul, e por último, mas não menos significativo, com pesquisadores nortistas, sobre estes, comentaremos mais à frente.

Como objeto de interesse de cientistas sociais das mais diferentes disciplinas, a vertente da pesca artesanal tem recebido atenção especial quanto à organização do trabalho, da vida e nas relações socioambientais e culturais dessas populações. Com realidades e modos de vida complexos, esses, *povos das águas*, desenvolvem em conjunto com o mar uma relação *sui generis* plenamente não compreendidas frente às emergentes e dinâmicas transformações na organização de suas relações do espaço e sociais extra comunidade – Projetos turísticos, industriais, urbanos e etc. (Mussolini, 1945; Diegues, 1999; 2004).

METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo contempla a análise e revisão bibliográfica conferida a estudos ligados a socioantropologia marítima ou antropologia marítima no litoral brasileiro. A coleta e a análise dos dados ocorreram entre os meses de dezembro a março de 2018 perfazendo um total de 36 bibliografias dentre elas Teses, Dissertações, Artigos, Leis, Relatórios, entre outros. Organizou-se um quadro-resumo com pesquisadores considerados relevantes para a etnografia pesqueira. O recorte da pesquisa obedece ao interstício compreendido entre as décadas de 1940 a 2010. Na composição do Quadro1 estão organizados: autor, ano da publicação, Região de estudo e síntese da obra.

Estruturado em três partes, primeiramente apresentamos um apanhado geral do legado conferido às ciências sociais especialmente da Antropologia nas primeiras décadas do século passado e suas posteriores adaptações ao contexto e realidade brasileira. No mesmo instante, apresentamos um quadro-resumo com as respectivas descrições e análises de alguns trabalhos na vertente etnográfica pesqueira.

Em seguida, discutimos os aspectos da etnografia pesqueira na Paraíba e conceitos relativos às populações tradicionais. Por último, discorreremos sobre a crise vivenciada pela pesca tradicional contemporânea, bem como as contribuições legadas à gestão integrada dos recursos pesqueiros através das Reservas Extrativistas – RESEX e sua interface econômica/alimentar e sociocultural que trata o campo simbólico das representações na mitigação da problemática.

A ETNOGRAFIA PESQUEIRA NO BRASIL

O lócus de investigação das comunidades marítimas é relativamente recente (Diegues, 2003, Longa Romero, 2014). Não obstante, pesquisadores interessados em estudar tais populações adotavam até fins dos anos de 1970 os mesmo conceitos e metodologias versadas às sociedades agrícolas ou rurais, incorrendo invariavelmente em generalizações e análises de realidades distintas. Contudo, nos primeiros anos de 1980, no contexto Nacional de abertura política, nota-se a emersão da Antropologia Marítima, a Socioantropologia Marítima, ou Antropologia da Pesca como subdisciplina que ganhava vigor no interior da Antropologia, vindo, sobremaneira, contribuir com novos temas, técnicas de observação e na constituição de um grupo extra-regional crescente de pesquisadores (Diegues, 1995, p. 368-369).

A temática em torno as Comunidades Tradicionais (CT) – os quais estão inseridos pescadores, agricultores, extrativistas –, foram constituídos a partir da interface entre

Antropologia e Sociologia, muito embora as impressões metodológicas tipicamente antropológicas fossem preservadas, a vertente de análise era eminentemente sociológica, na aproximação e conhecimento das comunidades e mais fundamentalmente na identificação dos padrões sociais a mudança social. Neste sentido, a sociologia herda da Antropologia, métodos de investigação balizados na observação direta dos fenômenos pesquisados, nos mais diversos aspectos da vida humana (Oliveira e Maio, 2011).

No Brasil, apesar de recente, a etnografia pesqueira, vive franca profusão no campo das discussões socioeconômicas, tendo o seu repositório acadêmico representado, sobretudo, por Teses e Dissertações, ampliado significativamente (Diegues, 1999, Albuquerque, 2005). Mesmo com a diversificação temática e de espaços, nota-se que os estudos tem se dedicado mais ao campo descritivo da análise do que propriamente ao aprofundamento teórico na citação dos clássicos, requerendo, portanto, revisitar esses autores como forma de substanciar o discurso e manter a continuidade do pensamento em torno do tema.

Nestes termos a etnografia é “a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (Agrossino, 2009, p. 30), portanto, um complexo integrado de interpretação subjetiva do *modus vivendi* humano nas suas diferentes relações (Mattos, 2011, p. 50). Ou seja, uma ciência onde as percepções inerentes ao *olhar* do etnógrafo, na perspectiva do ver, do olhar e falar baliza-se não por padrões rígidos ou pré-determinados, mas do trabalho de campo no contexto social da pesquisa.

Deste modo, as descrições etnográficas constituem-se, grosso modo, de percepções geradas por grupos de pessoas em interação recíproca que produzem o mundo social compartilhado mantido, estabilizado, negociado, tendo por base intersubjetiva os fluxos de desejos e crenças que se investem na validade de suas próprias proposições éticas e epistemológicas, que se depositam na autopoisição de suas ideias sobre a imagem do humano, da pessoa, da ação coletiva, das relações natureza-cultura e das instituições sociais (Bateson, 1987).

Assim posto, procuramos reunir simplificada e estudiosos – aqui entendidos por Clássicos –, que ao seu tempo, embasaram a etnografia pesqueira. Como fio condutor na tessitura desses autores, o referencial bibliográfico seguiu essencialmente as bases descritas em Diegues (1999) e outros trabalhos cujo empenho na análise da constituição histórica da temática da pesca foi igualmente parte de interesse desta pesquisa.

Frente à lacuna na sistematização de estudos versados nomeadamente à etnografia pesqueira, nos empenhamos em organizar em um quadro-resumo com os principais autores cujos trabalhos direcionam-se à etnografia e/ou que estejam diretamente relacionados às comunidades pesqueiras simples. Desse modo o Quadro 1 apresenta respectivamente de forma sintética, autor, ano da obra, Região de interesse da pesquisa e temática abordada/título obra. Essa organização enseja para além de prosseguir na atualização da revisão literatura, facilitar o primeiro contato daqueles interessados nesse campo de estudo e melhor assim direcionar seus campos de atuação.

Quadro 1: Organização espaço-temporal e temático dos principais autores dedicados à etnografia pesqueira no Brasil entre 1960-2016

Autor	Ano	Região de Interesse	Temática abordada
Gioconda Mussolini	1945	SE	Modo de vida e técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores-caiçaras do litoral paulista.
Pierson e Teixeira	1947	SE	Survey de Icapara, uma Vila de Pescadores do Litoral Sul paulista.
Laysa Bernardes & Nilo Bernardes	1950	SE	Técnicas de pesca adotada no litoral fluminense – RJ.
Ary França	1954	SE	Descrição modo de vida caiçara litoral norte SP e Ilha S. Sebastião.
Luís da Câmara Cascudo	1957	NE	Etnografia dos jangadeiros do Nordeste, suas Histórias, folclore, sociologia, economia, e distribuição geográfica.
Carlos Borges Schmidt	1958	SE	Descrição da lavoura caiçara séc. XX.
Raquel Brito Soeiro	1960	SE	Agricultores e pescadores portugueses no RJ.
Konttak Conrad	1966	NE	Análise diacrônica dos processos de mudança na comunidade baiana de Arambepe.
John Cordell	1967	NE	Ciclos lunares e os sistemas de manejos usados pelos pescadores do litoral baiano.
Fernando Mourão	1967	SE	Análise do comportamento de pescadores que abandonaram a profissão para trabalhar como operários.
Myrian Ellis	1969	NE	Aspectos da pesca da Baleia no século XIX.
Shepard Forman	1970	NE	Mudança social e a tradição numa vila de jangadeiros, Coqueiral, no litoral de Alagoas
Fernando Mourão	1971	SE	Etnografia dos pescadores do litoral sul de SP
Antônio Carlos Diegues	1973	SE	Antropologia econômica entre a pesca artesanal e a pesca empresarial.
Luís Fernando Duarte	1978	SE	Reprodução social dos pescadores e os impactos causados pela imposição de um novo modelo de cooperação na produção das traineiras na comunidade de Jurujuba (RJ).
Ana Maria Beck	1979	S	Análise o trabalho familiar e assessorio entre pescadores e agricultores de origem açoreana em Florianópolis.
Maria Angélica Motta-Maués	1980	N	Literatura oficial sobre a pesca na Amazônia
Eunice Penner	1980	N	Dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico.
Alex Fiúza de Mello	1985	N	Consequências das inovações tecnológicas na pesca costeira amazônica em termos de poder e dominação.
Violeta Loureiro	1985	N	Etnografia pesqueira na Vila de Vigia de Nazaré, PA.
Simone Maldonado	1986	NE	Pescadores do Mar
Lourdes Gonçalves Furtado	1987	N	Organização social dos pescadores do litoral nordeste do Estado do Pará.
Lúcia Helena Cunha	1987	S	Tempo e Espaço na Pesca em Barra da Lagoa
Antonius Robben	1989	NE	Análise as práticas e o discurso na vila de pescadores de Camurim, na Bahia.
Alpina Begossi	1992	SE	Descreve a etnografia pesqueira da comunidade em Ilha de Búzio, RJ.
Antônio Carlos Diegues & Paulo Nogarà	1993	SE	Contribuição do conhecimento tradicional das populações caiçaras no uso dos recursos naturais estuarinos e da mata atlântica.
Simone Carneiro Maldonado	1993	NE	A questão do saber, da territorialidade e do segredo

			entre os pescadores da Paraíba.
Furtado/Leitão & Fiúza de Mello	1993	N	Caminhos analíticos e descritivos diferenciados, em vários locais do litoral do Pará.
Lea Maria Thomaz	1996	SE	Representações Sociais dos Nativos pescadores da Ilha de Mel.
Cristiano Ramalho	2002	NE	Estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana.
Emílio Willems & Gioconda Mussolini	2003	S	Analisa a cultura cabocla, dos caiçaras no litoral paulista, sua formação e relação com a natureza, religião e os costumes.
Janaina Barbosa da Silva	2006	NE	Etnografia da pesca, técnicas e petrechos utilizados, percepção dos impactos causados ao ambiente e, reflexos da pesca no estuário do Rio Itapessoca, PE.
Gustavo Goulart Moura	2009	S	Descrição do território de uma comunidade de pesca, a Coréia (Ilha dos Marinheiros RS), através de uma perspectiva etno-oceanográfica.
Marcelly Correia Medeiros	2012	NE	Enfoque Etnológico da pesca no litoral paraibano
Fanny Longa Romero	2014	NE	Problematização dos processos de auto atribuição, reconhecimento e pertencimentos identitários da pesca artesanal de Vila Velha, ES.
Gustavo Ojeda Baez	2016	NE	Etnografia e parâmetros sociológicos e antropológicos da reprodução social dos pescadores de João Pessoa no contexto contemporâneo.

Fonte: Organizado pelo autor com base em Diegues, (1999).

Preconizada como pioneira na descrição da pesca artesanal no Brasil, Gioconda Mussolini publica entre 1945 e 1946 dois significativos trabalhos “O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião”, onde delinea detalhadamente a técnica, a movimentação das embarcações, os lances e recolhida das redes e a divisão do pescado, já o artigo; “O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil”, traria os pormenores em torno da técnica trazida por imigrantes japoneses até sua implementação pela comunidade pesqueira de São Sebastião e nas demais localidades do litoral paulista.

Nos idos de 1947, os sociólogos norte-americano Donald Pierson e brasileiro Carlos Borges Teixeira, influenciados pela teoria metodológica da Escola de Chicago, publicam “Survey de Icapara”, estudo esse de cunho mais generalista das diferentes artes de pesca e a rotina dos pescadores artesanais da Vila de Icapara, no litoral do Estado de São Paulo.

Mais à frente, pelo advento da Geografia Humana da década de 1950, Bernardes e Bernardes (1950), por sua vez, estudariam os processos de pesca empregados e o gênero de vida dos pescadores no litoral fluminense onde dois fatos principais se destacam: a importância das condições físicas variáveis e a persistência dos aspectos tradicionais. França (1954) descreveria o modo de vida caiçara no litoral norte SP e Ilha São Sebastião; e Brito (1961) na análise da introdução da pesca de linha de fundo com caiaques, trazidas pelos pescadores portugueses ao Rio de Janeiro.

O humanista e folclorista Luís Câmara Cascudo, na obra *Jangadeiros* (1957), sistematizou o primeiro estudo acerca da pesca com jangada³ e as populações jangadeiras no Nordeste através de suas tradições e conhecimentos. A relevância deste estudo assentava-se na descrição da pesca de *caminho* e *assento* ou *marcação*, parciais ocultos no mar são marcados visualmente através do uso de acidentes geográficos no continente.

Outro importante autor foi Konttak (1968), esse analisou os processos de mudança na comunidade baiana de Arambepe depois da mesma sofrer com um período de semi-isolamento e autossuficiência decorrente da implantação de indústrias químicas, do advento do turismo e a alteração no *status* econômico de pesca tradicional para pesca industrial.

À luz da antropologia, e deslocada dos estudos de comunidade, o trabalho de Cordell (1967), precursor na Etnologia, fazia menção a uma ampla diversidade na literatura interdisciplinar interessada nas sociedades de pescadores, no entanto, essa diversidade era marcada pela fragmentação da distribuição e características dos sistemas de apropriação social do mar, especialmente no litoral tropical. Nesse aspecto, o contexto brasileiro, segundo o autor, abarcaria essa fragmentação dada as suas dimensões e particularidades regionais contempladas pela complexidade cultural carentes ainda por serem conhecidas.

Referendam-se na última década de 1960 os trabalhos de Mourão (1967) em *A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo*, ao estudar o comportamento de pescadores que abandonaram essa profissão para trabalhar como operários, e a obra de Ellis (1969) com os aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial. Sobre a caça às baleias, o trabalho de Dias, (2010), descreve a participação dos atores envolvidos na atividade baleeira do Brasil no período colonial do século XVIII. Já mais contemporaneamente Duarte Filho e Aguiar (2014) abordam o fortalecimento do movimento ambientalista e a perspectiva ética de grupos, entidades e cidadãos mobilizados pelo fim da atividade na costa paraibana nos anos 1970-1980.

Os primeiros anos da década de 1970 e seus eventos políticos decorrente da intervenção militar repercutiriam na literatura pesqueira Nacional, principalmente na reformulação do campo de investigação socioeconômico das sociedades pesqueiras frente ao abrupto rompimento da ordem democrática e o aparelhamento Estatal às políticas econômicos-capitalistas em diferentes setores. A atividade pesqueira, posta pelo novo regime por obsoleta e ineficiente, não estava compatível – segundo o novo governo – ao atendimento satisfatório dos mercados, necessitando sofrer uma extensa reformulação e modernização em seu processo produtivo. Nesse Contexto surgia a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) no encargo de fomentar o surgimento e a instalação de empresas pesqueiras estrangeiras e nacionais [Diegues, 20??].

O novo contexto político e as delineações estratégicas para o setor trouxeram em um curto período de tempo, forte impacto nas vilas de pescadores ao longo de todo o litoral brasileiro, com ênfase no Sudeste, Nordeste e Sul, causando uma série de mudanças sociais importantes até hoje sentidas. As transformações porque passaram o final 1960 e meados de 1970, tornou profícua a investigação por parte de cientistas sociais, nomeadamente sociólogos e antropólogos interessados na compreensão das mudanças sociais derivadas da industrialização, modernização e urbanização, sofridas nas comunidades de pescadores artesanais (Silva, 2015).

Exatamente vinte anos foram necessários para derrocada da pesca comercial no Sudeste, e em plena década de 1980, a atividade pesqueira comercial demonstrava sinais de sobre-exploração dos recursos, fazendo com que muitas empresas migrassem para as áreas de riquezas ictiológicas ainda pouco exploradas nos estuários próximo à Belém, no Pará. A abrupta expansão da atividade em rios, lagos e estuários anteriormente

ocupados por ribeirinhos os colocaram em situação de conflito frente às imperativas transformações evidenciadas pelo setor no tocante aos recursos empregados na captura pelas grandes corporações de pesca.

O novo desenrolar dos conflitos e interesses fomentou nas instituições de pesquisas paraenses como o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG e Universidade Federal do Pará – UFPA o desenvolvimento de estudos regionais temáticos interessados notadamente na antropologia pesqueira, na organização social, impactos e conflitos socioambientais.

Nesse empenho, contribuições como as de Maria Angélica Maués – *A literatura oficial sobre a pesca na Amazônia: uma tentativa de revisão crítica*, (1980); Maria Eunice Penner: *A dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico* (1980); *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação* do cientista político Alex Fiuza de Mello (1985); *Os parceiros do Mar: natureza e conflito social na Pesca da Amazônia* da socióloga Violeta Loureiro (1985); e Lourdes Furtado (1987) em *Currálistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará* foram fundamentais e ainda hoje lembrados na compreensão da problemática Regional da pesca e avanços e nas políticas públicas para esse setor na Amazônia Oriental.

Na década de 1980, a etnografia pesqueira reverberava na Região Nordeste através da contribuição da antropóloga Simone Maldonado – *Pescadores do mar*, (1986) ao analisar a questão do saber, da territorialidade e do segredo em torno dos pontos de pesca entre os pescadores do litoral paraibano. Em paralelo, Antonius Robben publica em 1989 *Sons of the Sea Goddess*, em referência às práticas pesqueiras cotidianas e o discurso em torno da pesca na vila de pescadores de Camurim, na Bahia.

Na Região Sul, de igual repercussão os estudos antropológicos de Lúcia Helena Cunha – *Entre o Mar e a Terra: tempo e espaço na Pesca em Barra da Lagoa* (1987), ao discorrer acerca da caracterização do tempo e espaço conformam no núcleo pesqueiro artesanal, tanto em sua significação concreta como imaginária. Para a autora, os envolvidos na pesca e pelos distintos, seus domínios naturais e sociais, vivenciam ordens temporais díspares e contraditórias, as quais interferem na apropriação do espaço marítimo, fluvial e terrestre e nessa dinâmica.

Tempo natural e tempo mercantil capitalista, portanto, representariam a expressão cíclica e linear, das ordenações simultâneas e ambivalentes verificadas no ritmo do povoado pesqueiro. Ainda na perspectiva antropológica da pesca, Ana Maria Beck em *Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório*, apresenta a continuação dos estudos iniciados em 1979 quando analisava articulação entre a pesca e a roça no contexto sócio espacial do litoral de Santa Catarina e a inserção gradativa dos lavradores na pesca artesanal.

Na chegada da década de 1990, as limitações teórico-metodológicas dos anos anteriores praticamente já superadas, permitiria agora uma aplicação direta dos conceitos e categorias próprias do estudo das sociedades camponesas para a análise concreta das sociedades de pescadores artesanais. A reformulação nos estudos das comunidades pesqueiras passou a priorizar – desde então – temáticas conservacionistas dos recursos pesqueiros, Unidades de Conservação – UCs, causas e efeitos da turistificação nas comunidades, questões de gênero e trabalho na pesca, o etnoconhecimento e as diferentes formas de organização sociais das comunidades de pescadores [Diegues,

20??]. Em outros termos, consolida-se por definitivo a temática socioantropológica marítima, versada às comunidades pesqueiras simples (Diegues, 1999).

Esse novo contexto, colocaria a socioantropologia marítima de forma articulada com os estudos rurais, a partir de uma revisão crítica sobre as limitações das suas categorias próprias, mas agora “adaptada” e coerente aos estudos das populações haliêuticas¹.

Na diversificação dos estudos vinculados a outras especialidades, destacamos pioneiramente o trabalho da Ecóloga Alpina Begossi (1992) *Fishing activities and strategies at Búzios Island*, no qual a autora apresenta a contribuição da Etnobiologia no campo da percepção e manejo dos organismos. Conforme Begossi, os estudos em Ecologia Humana interessado nas comunidades haliêuticas abrange a compreensão da humanidade nos seus aspectos cognitivos, comportamentais e de conservação e sua relação com os recursos naturais veem na Etnobiologia, Sociobiologia, Co-evolução, Gens-cultura, Psicologia Evolutiva, Economia Ecológica e Manejo Ecológico, campo interdisciplinar fundamental na compreensão desse todo, expresso na relação entre natureza e sociedades pesqueiras (BEGOSSI, 1992a).

Nesse mesmo período, as pesquisas etnográficas pesqueiras ganham corpo nas Regiões Norte e Nordeste com destaque a duas obras em particular: *Povos das Águas* (1993) com a Organização de Lourdes Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiúza de Mello e *Realidade e Perspectivas na Amazônia* (1994) de Antônio Carlos Diegues.

No Nordeste, destacamos a contribuição preciosa da pesquisadora potiguar Simone Carneiro Maldonado – *Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima* (1993), apresentando a construção da unidade histórica da terra com o mar expressas em suas atitudes e percepções dentro da hierarquia da pesca e na territorialidade e divisão do espaço marítimo. No Sudeste, a publicação *O nosso lugar virou parque* de Antônio Carlos Diegues e Paulo Nogara (1994), tinha no discurso do manejo da Reserva Estadual da Juatinga, o empreendimento do conhecimento, práticas e vivências dos caiçaras no uso dos recursos estuarinos e da Mata Atlântica e a dissertação de Lea Maria Thomaz – *Representações sociais dos nativos da Ilha de Mel* (1996) onde são verificados os impactos decorrentes da implantação de Unidades de Conservação no cotidiano dos pescadores caiçaras do litoral norte de São Paulo.

Um adendo importante nesse momento de leitura, diz respeito aos autores citados no (Quadro 1) e quanto a citação sucinta de seus respectivos trabalhos. Fique claro que a escolha particular desses pesquisadores, tem meramente caráter eletivo, não se esgotando frente a outros nomes e trabalhos igualmente importantes na análise etnográfica pesqueira. Portanto, a seleção, neste caso, obedece ao recorte, notadamente dos estudos em que mais nos ativemos no transcorrer desta pesquisa, mas indubitavelmente importantes no balizamento de demais produções de mesma natureza.

Dessa feita, elencamos contribuições regionais sobremaneira importantes como as do antropólogo Steve Plante – *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade* (1997) ao avaliar as condicionantes do turismo na comunidade caiçara de Trindade, no Rio de Janeiro; do historiador Luís Geraldo Silva – *Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e Modernização no Brasil* (1993), em que destaca os efeitos da mobilização dos pescadores artesanais na conservação de sua cultura e de suas organizações de classe e

¹ Mesmo significado de populações tradicionais de pescadores.

em temas pioneiros relacionados a participação feminina na pesca percebidos por Cristina Maneschy – *A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança do papel da mulher na manutenção doméstica entre família de pescadores no litoral do Pará (1995)*, apenas para citar outros nomes que precisam ser igualmente visitados.

Nos anos de 2000, a visão contemporânea dos estudos da socioantropologia pesqueira engendra nos novos autores o retorno ao apreço da observação e descrição etnográfica praticada nos anos de 1970, dentre estes, Ramalho (2002) em *Ah, Esse Povo do Mar: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*, onde o autor propõe uma sociologia da pesca na qual as categorias trabalho e pertencimento servem de chaves analíticas centrais para o estudo da produção e reprodução social dos pescadores artesanais.

Em 2003, o livro *A Ilha de Búzios: uma comunidade caiçara no sul do Brasil* de Willems e Mussolini esboçaria a vida da população caiçaras de Búzios-RJ e sua relação com a cidade, através das relações econômicas e os laços familiares com parentes distantes no continente. Gustavo Moura (2009) em *Águas da Coreia: uma viagem ao centro do mundo* numa perspectiva etnooceanoográfica, traz como proposta o diálogo entre a etnografia e a oceanografia, na perspectiva do território como local de espaço e tempo, que também é conhecimento, é uma das dimensões do território tradicional.

Marcelly Correia Medeiros, (2012) – *A pesca artesanal na costa da Paraíba: um enfoque etnoictiológico* apresentou as classificações etnobiológicas realizadas pelos pescadores artesanais no município de Cabedelo, PB bem como seus conhecimentos a respeito da biologia, ecologia e comportamento dos peixes. Longa Romero (2014) – “*O pescador é sofredor*”: *identidades e conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal na praia de Itapoã, Espírito Santo* traria a problematização dos processos de auto atribuição, reconhecimento e pertencimentos identitários, dos grupos locais em torno da reprodução social de uma modalidade pesqueira que segundo ela está em vias de extinção.

Por fim, Gustavo Baez – *Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé* (2016), onde busca compreender, dentro de parâmetros sociológicos e antropológicos, como se reproduzem socialmente essas populações pesqueiras no contexto contemporâneo.

ETNOGRAFIA PESQUEIRA NA PARAÍBA

A concepção de uma etnografia pesqueira notadamente paraibana confunde-se eminentemente com a etnografia nordestina e até mesmo Nacional, dada as similitudes dos contextos históricos de lutas por reconhecimento e resistências populares em defesa dos territórios pesqueiros, a sustentabilidade dos espaços de exploração e pela forma com que a expansão dos empreendimentos privados e estatais vem se desenvolvendo nas últimas décadas. Neste sentido, a etnografia da pesca dentro deste contexto propõe-se a analisar desde os cenários de conflitos de vida dos pescadores as atuais discussões sobre as noções de resistência e os variados processos sociais de formação dos territórios pesqueiros, como formas de luta e resistência coletiva dessas comunidades (Báez, 2016).

Embora havendo similaridades regionais construídas genericamente dentro de um mesmo contexto sócio histórico no campo de luta por parte das comunidades pesqueiras, Ramalho (2016), defende que a temática pesqueira persista nas análises dos elementos comuns que as une, mas que não se esqueça das especificidades presentes na pesca dos micros recortes espaciais. Com o mesmo entendimento, Antônio Carlos Diegues vislumbra um caráter comum, e ao mesmo tempo particular da pesca ao perceber que:

(...) problemas e desafios enfrentados pelas comunidades de pescadores em suas relações com o meio ambiente, o mar, no seu mundo de valores e ideologias decorrentes dessas relações com o mundo natural e também com a sociedade mais ampla, a nível regional e nacional (Diegues, 1999, p. 373).

Desse modo, a reflexão a partir das diversidades, sociais, econômicas e culturais existentes, apresenta problemáticas similares que imprimem relevância ao tema dos impactos socioambientais nas regiões da costa Nordeste do Brasil, nas quais as populações pesqueiras têm sido altamente comprometidas por transformações socioeconômicas, culturais e tecnológicas (Lessa, 2004, p. 1). Outro sim, o que se discute ao estudar a etnografia pesqueira não é apenas de conservar estoques de exploração, mas fundamentalmente garantir a sustentabilidade das pescarias, implicando com isso o equilíbrio ecossistêmico das comunidades e a atividade econômica.

Ao longo do desenvolvimento histórico, a economia nordestina foi sendo forjada a partir de sistemas econômicos que monopolizaram a monocultura açucareira (no Litoral) e a pecuária avançando pelo interior cooptando mão de obra e incorporando terras no Agreste e Sertão (Prado Júnior, 2012, p. 25).

Neste interstício, aquelas populações não aproveitadas nos canaviais e tão pouco nas fazendas, procuravam na produção da farinha de mandioca, no cultivo das pequenas roças de favas, de milho, a pesca de peixe, mariscos e camarão, alternativa de sobrevivência e oportunidade de rendimento a partir do abastecimento interno das cidades coloniais. Nunca houve, portanto, fomento à economia pesqueira, tão pouco ao pescador, mesmo que as condições naturais fossem favoráveis a esse tipo de atividade (Silva, 1986, p. 29).

No decorrer da história, a condição socioeconômica dos pescadores não era muito melhor que a dos escravos, pois apesar de “livres”, estes eram suprimidos do direito de acesso a terra em territórios controlados por latifundiários canavieiros. Postos em condição subalterna, os pescadores viam-se obrigados a fornecer pescados e a prestar serviços nos engenhos como moeda de troca pela moradia em casebres de taipa e palha junto às praias e mananciais que reforçava a insegurança, a pobreza e a falta de direitos. Na Paraíba, esse tipo de organização social foi muito evidente, permanecendo, inclusive durante o Período Coronelista, onde a concentração fundiária nas mãos da elite política inviabilizava melhores condições de vida por parte dessas populações (Silva, 1986, p. 41).

Na retrospectiva do legado de marginalização conferido à atividade pesqueira desde a colonização até a os dias atuais Báez (2016), entende que discussões voltadas à luta e

resistência dos pescadores artesanais frente às questões ambientais e o reconhecimento dos direitos básicos de moradia e trabalho e reconhecimento visam assegurar a sobrevivência material e cultural destes trabalhadores por meio de justiça social global, direitos territoriais e segurança na sua reprodução social.

Pelo exposto, fica clara a necessidade de particularizar os estudos etnográficos nas mais diferentes comunidades, de forma a se perceber não somente como tais problemas vêm ocorrendo e principalmente entender se estas populações têm utilizado de sua capacidade de resiliência na superação desses desafios. Não por acaso, estudos versados a discutir a identidade pesqueira, o sistema complexo de simbologias e valores advindos do mundo do trabalho e da tradição vem aos poucos se consolidando, no entanto, a compreensão do modo tradicional da pesca na perspectiva paraibana ainda é insipiente frente às inúmeras comunidades inseridas no contexto de pesca artesanal.

No entanto, alternativas voltadas à superação da crise do mundo haliêutico foram avaliadas por Machado (2002) ao estudar os pescadores e maricultores de Ribeirão da Ilha em Florianópolis. Naquela comunidade, o legado de desatenção dos órgãos públicos e privados na gestão de políticas que viabilizassem o crescimento do setor pesqueiro fez emergir no bojo da comunidade o interesse por superar alguns dos problemas que há anos, inviabilizavam a atividade.

Conforme a autora da pesquisa, o resultado da ação comunitária, fez retomar a geração dos empregos, repercutindo na qualidade de vida local. De acordo com Machado, ações populares como as de Ribeirão da Ilha precisam ser acompanhadas no intuito de se evitar a insustentabilidade do próprio modelo de desenvolvimento, vulnerável à condição de exclusão, apropriação e degradação.

Outra experiência positiva de integração da comunidade à atividade pesqueira foi estudada por Rocha (2010) tendo como perspectiva de análise a questão de gênero e o manejo dos recursos naturais de pescadoras de cinco comunidades integradas à Área de Proteção Ambiental (APA) Barra do Rio Mamanguape, na Paraíba. Segundo a autora, as marisqueiras tem a percepção ambiental bem desenvolvida, e fazem uso das técnicas e petrechos praticamente na mesma condição das dos homens, lhes conferindo integração ao sistema pesqueiro local.

Inseridas em um contexto de precariedade social, a pesca contribui diretamente na manutenção da subsistência familiar e comunitária. Neste sentido, a profissionalização assegurada pelo registro formal lhes confere avanços significativos quanto ao acesso à direitos como seguridade social, aposentadoria e principalmente equidade social na comunidade, a partir da valorização e o reconhecimento da contribuição feminina no processo de desenvolvimento econômico local.

A realidade da pesca entre as mulheres catadoras de mariscos foi também verificada por D'Angelis (2014) nas comunidades *Renascer*, *Porto do Tota* e *Porto do Moinho* no estuário do rio Paraíba do Norte (RPN). Na pesquisa, percebe-se em paralelo ao trabalho de Rocha (2010) que as mulheres do RPN disponibilizam no campo da percepção ambiental dos espaços da pesca um arcabouço igualmente significativo quanto à distribuição dos recursos e sua etnoecologia, além do acúmulo de tarefas tanto na faina da pesca, no processamento do marisco na dedicação aos afazeres domésticos quanto no cuidado com a família. Essas similitudes se encerram quando verificadas a

promoção aos direitos trabalhistas via matrícula de pesca, e na segregação das atividades, capturas, acesso aos locais e recursos de pesca entre os gêneros.

As incipientes produções acadêmicas e de políticas públicas oficiais de valorização da atividade pesqueira feminina em zonas estuarinas levaram a Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA) a desenvolver desde 1994 o projeto “*Sou Fruto do Mar: Construindo Novas Possibilidades*”. Apoiado pela Fundação SOS Mata Atlântica, por meio do Fundo Costa Atlântica o projeto socioambiental direciona suas ações às mulheres marisqueiras do Estuário do Rio Mamanguape, PB, oportunizando o empoderamento e valorização da mulher neste contexto local, a partir de iniciativas ligadas à saúde, gastronomia, proteção previdenciária e geração de renda obtidas da produção de pelúcias alusivas aos peixes-boi.

Os bem-sucedidos exemplos de desenvolvimento econômico atrelado ao fortalecimento da justiça social e proteção ambiental como os verificados na RESEX Acaú/Goiana e de Barra do Mamanguape surgem como oportunidades factíveis de serem replicadas em outras comunidades paraibanas em condições de vulnerabilidade semelhantes às descritas.

No entanto, Cunha (2001) destaca que essas replicações carecem de adaptações nos seus planos de ação diferentes esferas para adequar às realidades e contextos socioambientais das comunidades. Fica claro também para o autor, que para além da adequação de estratégias, projetos comunitários dessa natureza normalmente são elaborados por pessoas em escalão de poder superior às da comunidade, não havendo o diálogo, por isso, tendo pouca adesão e receptividade por parte dos atores envolvidos.

Coadunando com os *novos tempos*, fica patente, portanto, que a coparticipação e associativismo comunitário, aliado às parcerias institucionais públicas e privadas são uma das alternativas que se demonstravam viáveis em curto prazo de tempo na (re) valorização do ofício daqueles pescadores na “ativa”, sobretudo, na manutenção sustentável dessa profissão frente às novas gerações.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UMA DEFINIÇÃO TANTO QUANTO ABRANGENTE

Ainda em fase inicial da “vida” a temática entorno das *populações tradicionais* insere-se na agenda das mais variadas discussões políticas, ambientais, territoriais e tecnológica (Cunha, 2001, p. 185). Por esse motivo, diversos organismos multilaterais ainda têm dificuldades e discordâncias numa definição universalmente aceita (Pereira e Diegues, 2010) dada à polissemia dessa palavra e à forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico (Little, 2001, p. 283).

Para Rudlle (2000), o conhecimento local é considerado tradicional devido à sua longa e profunda base e origem em uma determinada cultura e sistema ecológico local, portanto, não é estático, mas muda com o tempo conferindo a continuidade do conhecimento. Neste sentido, para Araújo *et al* (2015, p. 196) a comunidade tradicional de pesca constitui-se como espaço historicamente habitado por profissionais que há gerações se dedicam à faina da pesca, e destas se observam um acervo de cultura material e imaterial.

No campo da representação territorial e identitária, Haesbaert (2006) percebe que nas comunidades tradicionais pesqueiras as relações se transformam à medida que as aceções acerca dos territórios igualmente evoluem, logo; a autodenominação comum “pescadores tradicionais” restringe-se somente ao campo conceitual, pois quando analisadas as trajetórias e identidades dessas comunidades, ficam nítidas suas heterogeneidades (Longa Romero, 2014) diante da gama de conhecimentos dinâmicos e mutáveis de um dado grupo social que frequentemente ressignifica seus saberes mediante a história e as necessidades impressas pela realidade a qual estão inseridos (Albuquerque, 2005).

POPULAÇÕES TRADICIONAIS PESQUEIRAS: MARCO LEGAL X PERSPECTIVA HUMANÍSTICA

Na perspectiva política, o debate em torno das comunidades tradicionais teve relevância nas últimas décadas a partir do apoio multi-institucional conferido à comunidade científica engajada através de seus pesquisadores, nas mobilizações políticas de entidades ligadas às chamadas populações tradicionais como o Conselho Pastoral da Pesca – CPP e mais recentemente ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) (Tsuji, 2011, p. 48).

Entendida como matéria complexa, permeada de particularidades sociais, políticas, institucionais, econômicas e ambientais intrínsecos de cada local (Silva, 2014: 09), a deliberação conceitual de “populações tradicionais” foi paulatinamente afinada ao longo dos anos, sendo aceita atualmente por boa parte da antropologia, das ciências sociais, dos conservacionistas e dos governantes (Linhares, 2009). À luz da cobertura jurídica brasileira, o Decreto Lei nº 6.040/2007 considera população tradicional aqueles:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Artigo 3º. Brasil, 2007).

Portanto, se enquadra nesse critério: pescadores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, e populações extrativistas como os seringueiros e castanheiros (Arruda, 1999). O tratamento legal relacionado aos conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por essas populações através da tradição está descrito no Art.º 3 do *Decreto 118/2002* ao caracterizar esses conhecimentos:

[...] elementos intangíveis associados à utilização comercial ou industrial das variedades locais e restante material autóctone desenvolvido pelas populações locais, em coletividade ou individualmente, de maneira não sistemática e que se insiram nas tradições culturais e espirituais dessas populações, compreendendo, mas não se limitando a conhecimentos relativos a métodos, processos, produtos e denominações com aplicação na agricultura, alimentação e atividades industriais em geral, incluindo o artesanato, o comércio e os serviços, informalmente associados à utilização e preservação das variedades locais e restante material autóctone espontâneo abrangidos pelo disposto no presente diploma” (Artigo 3º do decreto 118/2002).

O reconhecimento da subjetividade do saber intrínseco das populações tradicionais nas mais diversas manifestações incluem aquelas decorrentes da tradição cultural e espiritual, evidenciadas na transmissão oral e nos sistemas de produção voltados para a subsistência.

Superado o debate em torno da importância das comunidades tradicionais na manutenção harmônica entre ser humano x natureza, foi definida no aparato jurídico através da Lei nº 9.985/2000 Art. 5º, inciso X do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC garantindo às essas populações provisão de subsistência alternativa ou a justa indenização pelos recursos perdidos em caso de desequilíbrio e perda ambiental dos seus recursos. Uma vitória importante, sem dúvida, mas que no campo prático pouco ou quase nada de concreto representa ou assegura.

Apesar de ser uma categoria bem aceita e definida entre boa parte dos cientistas sociais e ambientais, o termo “populações tradicionais” guarda ainda no imaginário coletivo comum a ideia de cultura homogênea (Santilli, 2005). Isso porque segundo Sant’ana Júnior (2004), estas populações não conseguiram consolidar politicamente sua identidade enquanto grupo, somente esta sendo possível a partir de 1975, quando então as manifestações de lutas e reivindicações de interesses tornaram-se particularizadas nas diversas categorias que assim se denominam.

O espaço de discussão conceitual em torno de populações tradicionais é bastante profícuo. A terminologia *populações tradicionais*, *povos tradicionais*, *comunidades locais*, *sociedades tradicionais*, *comunidades tradicionais* é percebida por (Diegues e Arruda, 2001, p. 27) como:

[...] grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

Contudo, o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA entende pesca artesanal profissional aquela modalidade de trabalho com vista obtenção de capital por meios próprios, assim é pescador artesanal aquele:

[...] devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, que exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte (Instrução Normativa MPA Nº 6 DE 29/06/2012).

Por fim, definimos neste estudo, que populações tradicionais são populações cujos aspectos do conhecimento relativos aos fenômenos físicos das marés, das luas, dos ventos e do ambiente que lhes cercam não provêm da ciência, tão pouco da escola, da academia, mas do conhecimento adquirido há muitas gerações. Concordando assim com Silva, (2012) quando categoriza essas populações como detentoras do conhecimento do

mar, passados geração a geração, entre os grupos familiares ganhando identidade e afinidade – os pescadores.

A CRISE DA PESCA TRADICIONAL: PERSPECTIVAS ATUAIS, CENÁRIOS FUTUROS

Considerada uma das atividades mais antiga da humanidade, a atividade pesqueira possibilitou às inúmeras gerações de pescadores condições únicas de conhecimento empírico constituída paulatinamente ao longo do tempo, principalmente quanto a percepção comportamental da natureza nas diversas épocas de reprodução, áreas de concentração de cardumes, períodos de atuação além dos aspectos morfológicos (Diegues, 2004).

Durante diferentes momentos históricos os sistemas de Manejo Tradicionais de recursos pesqueiros (MTs) foram relegados pelas políticas públicas governamentais na regulamentação do uso de recursos pesqueiros (Moura, 2016). Valendo-se dessa lacuna, a atividade pesqueira no Brasil desenvolveu-se tendo como agente principal na cadeia produtiva o pescador artesanal que ao capturar seu produto, estabelecia dentro da ordem econômica certa liberdade quanto à comercialização tanto de forma individualizada quanto para terceiros, os chamados “marreteiros” incumbidos de repassar o pescado a mercados distantes.

Essa lógica de produção e comercialização dos pescados perduraria segundo Diegues (1983) até meados da década de 1960, quando então o intervencionismo Militar Estatal brasileiro passaria a controlar o setor e sua diversidade.

Sob a égide nacionalista-ufanista, a política de modernização conservadora do pós-1964, procurou desenvolver atividades industriais estratégicas em diversos segmentos produtivos, expandindo-se e obedecendo a lógica do capital para os espaços de produção rural, a citar a agricultura com as implementações trazidas com a Revolução Verde e, sobretudo, na atividade pesqueira através das políticas desenvolvimentistas proporcionadas pela recém-criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE no intuito de subsidiar a política pesqueira comercial em detrimento da tradicional (Diegues, 1983).

Os anos no País compreendidos entre 1966 e 1969, caminhavam em conjunto com os acontecimentos internacionais e neles estariam assentadas as bases da ruptura no sistema pesqueiro repercutiriam na crise atual. O modelo tecnocrata de 1967, ao lado do seu ideário modernizante, criou através da SEDEPE, o decreto 221 no nítido interesse de tornar a pesca parte da indústria Nacional de Base. Em conformidade com as diretrizes adotadas pelo modelo político a “necessidade” de modernização da atividade pesqueira, tinha como premissa a ênfase no conhecimento científico como instrumento para o progresso no setor pesqueiro (Moraes, 2009).

Para a SUDEPE, a importância do desenvolvimento de um Programa Estratégico de Desenvolvimento para pesca seria necessário por que:

“O setor pesqueiro não tem sido considerado na sua dimensão adequada, ocupando permanentemente uma situação de relativa inferioridade frente aos demais as demais atividades abrangidas pelo setor agropecuário [...] fazendo com que sejam necessárias definições de políticas e metas que atendam a demanda (proteína do peixe)” (SUDEPE – PNE-1975-1979: 3-4).

Ao considerar a pesca artesanal e a agricultura familiar como ineficientes do ponto de vista econômico, o Estado priorizou os grandes empreendimentos – o agronegócio exportador e barcos industriais –, comprometendo a reprodução social de grande número de famílias ocupadas nessas formas tradicionais de produção. No caso da pesca, a exploração insustentável dos recursos favorecida pelo crescimento da pesca industrial estimulada pela legislação vigente no período, fez com que as capturas reduzissem rapidamente, afetando sua viabilidade econômica e agravando os problemas sociais no interior dessa categoria social (Diegues, 1999; Vasconcelos *et al.*, 2007).

As sucessivas crises porque passariam mais adiante o setor pesqueiro a partir de meados da década de 1980, seriam as consequências de um modelo desenvolvimentista que desconsiderou os limites ambientais de reposição dos estoques, alterando a rotina e a vida produtiva de milhões de pessoas que vislumbravam na pesca artesanal seu mote principal de subsistência e que, subitamente viram-se obrigadas a diversificar suas fontes de renda como forma de não sucumbir às imperiosas mudanças que lhes afligia (Diegues, 1999; Vasconcelos *et al.*, 2007).

Das muitas alterações do *status quo* da pesca, a dificuldade em manter os padrões de rendimentos econômico atrativos, é sem dúvida, o maior desestímulo aos filhos de pescadores a prosseguir na profissão. Logo, as oportunidades de trabalhos nos centros urbanos em pluriatividades mais recompensadoras financeiramente aprofundam ainda mais a situação da pesca artesanal, colocando-a em condição de insustentabilidade irreparável caso medidas protetivas e de incentivo a esse setor não se efetivem (Báez, 2016).

GESTÃO INTEGRADA DA PESCA

A atividade pesqueira artesanal vivencia momento único na história nos quais conflitos territoriais pelo uso e ocupação dos espaços, biológico-natural, associado aos estoques peixeiros, econômicos causados pela falta de estímulo e assessoramento aos pescadores tem ameaçado a manutenção dessa atividade em longo prazo.

Reconhecida esta importância, nas últimas décadas, os ambientes costeiros e oceânicos, por meio de inúmeros dispositivos legais, passaram a ser protegidos em relação a seus serviços ecológicos e valores culturais (Agardy, 1994; Kelleher, 1999; Kenchington, 2010; Ransom & Mangi, 2010). Um tipo de instrumento técnico e legal importantíssimo é a criação de AMP.

Dessa maneira, a tratativa temática acerca do desenvolvimento sustentável dos oceanos e dos ambientes costeiros resultou no surgimento de políticas públicas a exemplo das Áreas Marinhas Protegidas (AMPs), instrumento indispensável ao planejamento ambiental com vistas à conservação dos recursos ambientais diversos, notadamente os recursos pesqueiros em contexto de pesca artesanal (Ângulo-Valdes & Hatcher, 2010; Suuronen *et al.*, 2010; Ban *et al.*, 2011).

Experiências de Gestão Pesqueira envolvendo a participação de pescadores vem se desenvolvendo vigorosamente nas últimas décadas em todas as Regiões do Brasil, porém com ênfase maior no Norte e Nordeste. O reconhecimento conferido aos ambientes costeiros e oceânicos tem se consolidado por um conjunto robusto de ordenamentos jurídicos que, em certa medida, tem ampliado as medidas protetivas de salvaguarda dos serviços ecológicos e culturais desses espaços (Kenchington, 2010; Ransom & Mangi, 2010).

Apesar dos avanços, apresentam-se ainda com entraves às iniciativas institucionais da Gestão Pesqueira, os contextos e espaços socioambientais em que se desenvolvem as experiências, bem como a sistematização de informações das experiências, principalmente a correta identificação do arranjo institucional em que foi inscrito, seus êxitos e principalmente os desafios enfrentados (Seixas e Kaligoski, 2009).

A Gestão Participativa da Pesca² tem envolvimento dos usuários diretos dos recursos, isto é, os pescadores, nos processos de planejamento, implementação e monitoramento/avaliação de planos de manejo dos recursos pesqueiros” (Seixas e Kaligoski, 2009, p. 120). A intermediação e a proteção das comunidades tradicionais simples – pescadores artesanais – contra eventuais pressões e práticas insustentáveis no uso dos recursos através de campanhas de fortalecimento do manejo e captura de baixo impacto interferindo na manutenção dos ecossistemas naturais costeiros e marinhos dessas populações (Rebolças *et al.*, 2006, p. 84).

A atualização da legislação brasileira para o setor pesqueiro trouxe avanços significativos no tocante a inserção comunitária tradicional no uso e gestão dos recursos ambientais. Instrumentos como Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 7.661, de 1988) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9985, de 2000) tem servido enquanto políticas públicas legitimadoras das decisões e práticas de manejo dos recursos nos territórios.

A gestão participativa tem se empenhado na manutenção da pesca artesanal ao garantir a capacidade de suporte necessário dos ecossistemas em diferentes setores econômicos, além de criar alternativas às externalidades negativas que dificultam sua viabilidade socioeconômica. O reconhecimento dos territórios é para muitas comunidades de pescadores a solução esperada para os conflitos de uso nos espaços marinhos e a saída para a crise está a gestão compartilhada. Ou seja, numa efetiva descentralização do poder (Hilborn & Gunderson, 1996).

Neste contexto, o manejo participativo, co-manejo, ou gestão partilhada surge como solução da gestão da pesca em pequena e microescalas, na repartição de responsabilidades e direitos entre os usuários do recurso, e outros envolvidos (Seixas *et al.*, 2011; Trimble & Berkes, 2013), à medida que deflagra entre os usuários um real senso de propriedade e pertencimento à causa, embora se faça importante o apoio institucional das Organizações Não Governamentais - ONG's e governos no suporte às ações (Khan *et al.*, 2012).

No Nordeste, as medidas protetivas dos recursos naturais marinhos e costeiros centram-se nas Reservas Extrativistas Marinhas – RESEX onde os mecanismos de manejo de

² Conforme Seixas e Kaligoski, (2009) os termos gestão compartilhada, gestão participativa, co-manejo, co-gestão e co-gerenciamento, gestão comunitária e manejo comunitário são sinônimos.

recursos de propriedade têm servido de instrumento validador nas deliberações propostas pelos envolvidos na pesca, concretizando a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros (Diegues, 2008). Nesse caso as RESEX buscam equilibrar planejamento; coordenação; controle dos componentes políticos, técnicos, operacionais e os sujeitos sociais da Unidade de Conservação (Costa, 2016).

Logo atrás da região Norte, o Nordeste e, em especial, o litoral nordestino, contabiliza pelo menos quinze experiências de Gestão Partilhada organizada entre: co-manejo (3); Manejo comunitário (1); RDS (1) RESEX marinha (09); RESEX (1) (Seixas e Kaligoski, 2009). Para os autores, avanços e desafios marcam a implementação de arranjos de manejo comunitário e partilha de recursos naturais. Entre as oportunidades de avanços tem destaque: o apoio de fora para organização comunitária e/ou desenvolvimento de projetos participativos, acordos informais que visam à exploração moderada dos recursos, criação de fontes alternativas de renda e/ou diversificação das atividades.

No entanto, figuram na literatura os desafios da gestão compartilhada: conflitos inter escalares; sobre-exploração dos recursos; delegação de pouco poder à população; falha na atuação de instituições responsáveis; falta de união/organização local e restrições de financiamento a projetos, entre outros (Seixas e Kaligoski, 2009).

Exemplo bem-sucedido da gestão coparticipada vem da RESEX ACAÚ-GOIANA localizada na divisa entre Paraíba e Pernambuco. O interesse para a criação da RESEX tinha como mote a preservação de um importante canal de abrangência entre os dois Estados que se encontrava em vias de forte ação degradação ambiental. Com a economia atrelada à pesca e à coleta de mariscos na região prejudicada pelo agravamento ambiental, a comunidade mobilizada contou com a parceira institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para os primeiros levantamentos de informações que subsidiariam a criação da RESEX junto ao Instituto Chico Mendes da biodiversidade - ICMBio (Fadigas, 2009).

A possibilidade de acompanhamento e avaliação das ações dos gestores da Unidade de Conservação tornou possível e transparente o cumprimento da legislação e repercutindo na autonomia das populações de pescadores e marisqueiras presentes na sua área de abrangência (Lima, 2016: 19). Apesar dos enormes desafios postos à gestão partilhada dos recursos naturais, o exemplo supracitado parece convergir em bons resultados à medida que pesquisadores, Poder Público e os comunitários empreendem esforços conjuntos para o delineamento de políticas pesqueiras socialmente justas e equilibradas passíveis de replicação em outros espaços.

O sucesso nas ações de gestão dos recursos naturais tem como basilar a participação primeira de pescadores e comunitários nesse processo de formulação sob o risco de se incorrer em inevitável fracasso (Wilson, *et al.*, 1994; Mourão e Nordi, 2003). A utilização, de conhecimentos tradicionais de comunidades extrativistas, associados a dados coletados através de metodologia científica auxiliam, portanto, na elaboração de planos de manejo e delineamento de programas de apoio à pesca artesanal (Freitas *et al.*, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significativo avanço dos estudos da antropologia marítima ou antropologia marítima no litoral brasileiro nas últimas seis décadas permitiram ampliar as discussões e conceitos relativos às populações tradicionais, antes nominadas de populações extrativistas e agrícolas para dentro de um contexto próprio que trata a perspectiva pesqueira.

Ao longo desse construto teórico, as ciências sociais, ao seu modo, vinculadas à Antropologia, Sociologia e a Geografia apresentaram suas perspectivas acerca dos territórios de pesca, as territorialidades, simbologias e as demais maneiras com que estes sujeitos da pesca dialogam com os elementos naturais.

Na Região Nordeste, mais especificamente o estado da Paraíba, trabalhos de autores e instituições versados especificamente a essa tipologia de análise social tem se elevado quantitativamente e como qualitativamente a partir da contribuição de nomes locais a citar a etnóloga Simone Maldonado, que desde os anos de 1980 tem prestado importante contribuição à compreensão da pesca, das pescarias e da realidade do espaço vivido pelos pescadores do litoral do estado. O campo etnográfico da pesca persiste ativamente na análise dos conflitos de vida dos pescadores e no prosseguimento da análise territorial pesqueira, espaço de expressão de luta e resistência coletiva dessas comunidades.

AGRADECIMENTOS

O autor (1) agradece à Janaína Barbosa da Silva, pelo acompanhamento, ajuda na pesquisa e amizade; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que fomentou este trabalho no âmbito do Curso de Mestrado.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AGARDY, Tundi M. Advances in Marine Conservation: The Role of Marine Protected Areas. *Trends in Ecology & Evolution*, 1994, nº 9(7), p. 267-270.

ALBUQUERQUE, Ullyses Paulino. *Introdução à etnobotânica*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2005.

ANGULO-VALDEZ, Jorge; HATCHER, Bruce G.; A new typology of benefits derived from marine protected areas. *Marine Policy*, 2010, vol., 34, nº 3, p. 635-644.

ANGROSINO, Michael; FLICK, Uwe. (Coord.). *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAUJO, Ismael Xavier de; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SASSI, Roberto. Economia da pesca artesanal: o caso do bairro da penha em João Pessoa/PB. *Revista Formação*, 2015, vol., 1, nº 22, p. 193-220.

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, 1999, ano II, nº 5, 2º semestre.

BÁEZ, Gustavo César Ojeda. *Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé*. Dissertação de Mestrado, 2016. 269 f.

BAN, Natalie C.; ADAMS, Vanessa M.; ALMANY, Glenn R.; BAN, Stephen; CINNER, Joshua E.; MCCOOK, Laurence J.; MILLS, Morena.; PRESSEY, Robert L.; WHITE, Alan. Designing, implementing and managing marine protected areas: Emerging trends and opportunities for coral reef nations. *Journal of Experimental Marine Biology and Ecology*, 2011, nº 408(1-2), p.21-31.

BATESON, Gregory. *Naven*. Stanford: Stanford University Press, 1973.

BEGOSI, Alpina. Food taboos at Búzios Island (Brazil): their significance and relation to folk medicine. *Journal of Ethnobiology*, 1992, vol. 12, nº 1, p.117-139.

BEGOSI, Alpina. Fishing activities and strategies al Búzios Island. *Proceedings of the World Fisheries Congress*, Theme 2, Atenas, 1992a.

BECK, Ana Maria. *Lavradores e Pescadores: um Estudo sobre o Trabalho Familiar e Trabalho Acessório*. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 1979.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti; BERNARDES, Nilo. A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 1950, vol. 12, nº 1, p. 17 53, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1950_v12_n1.pdf>. Acesso em: 23/jan/2018.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília, DF, fev 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 1/ nov/2017.

BRASIL. Instrução Normativa MPA Nº 6 DE 29/06/2012. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional no âmbito do MPA. Brasília, DF, jun 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE. Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca Parte I. 1975-1979. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/trabalhos_tecnicos/pub_1980_plano_Nac_desenv_pesca_1975_1979_parte_I.pdf>. Acesso em : 18/jan/2018.

- BRITO, Raquel Soeiro. *Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro*. Estudos, Ensaios e Documentos, Lisboa, 1960.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Jangadeiros, Rio de Janeiro*. Ministério de Educação e Cultura: Brasília, 1957.
- CORDELL, Jhon. The Lunar Tide Fishing Cycle in Northeastern Brazil. *Ethnology*, 1967, nº 13, p. 45-61.
- COSTA, Francisco Wendell Dias. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. *XVII Encontro Nacional de Geógrafos*. 24-30 jun. 2016.
- CUNHA, Alessandra Sampaio; ROCHA Nádia Sueli Araújo da.: Do fragmento de territórios de pesca na Amazônia às inquietações de um estudo das populações tradicionais. *XV Encontro de Ciências de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-alias do Brasil*, 4-7 de setembro, UFPI, 2012.
- CUNHA, Lucia Helena. *Entre o Mar e a Terra: Tempo e Espaço na Pesca em Barra da Lagoa*. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado, 1987.
- CUNHA,, Lúcia Helena de Oliveira. *Conhecimento e Práticas Tradicionais*. Texto Digitado Apresentado no Seminário Paisagem e Cultura Caiçara - NUPAUB, 9 p. 2001.
- CUNHA, B. P. da (Org.). *Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.
- D'ANGELIS, I. A. B. *O conhecimento ecológico local como ferramenta na gestão pesqueira participativa: um estudo de caso com os marisqueiros de livramento, Santa Rita, PB*. João Pessoa: UFPB. Dissertação de Mestrado, 2014. 147 f.
- DIAS, Camila Baptista. *A Pesca da Baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores no Rio de Janeiro do século XVII*. UFF. Dissertação de Mestrado, 2010. 139 f.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.
- DIEGUES Antônio Carlos; NOGARA, Paulo J. *Nosso lugar virou parque: estudo socio-ambiental do Saco de Mamangua-Parati-Rio de Janeiro*. [S.l: s.n.], 1994.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: Nupaub-USP, 2004.
- DIEGUES, Antônio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, 1999, vol. III, nº 2, p. 361-375.

DIEIGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Brasília: MMA, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAUB – USP, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. *A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil: uma síntese histórica*. Centro de Culturas Marítimas-CEMAR/NUPAUB. Universidade de São Paulo. [20??]. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/leal1.pdf>>. Acesso em: 25/fev/2018.

DUARTE FILHO, Francisco Henrique; AGUIAR, José Otávio. Baleias e ecologistas na Paraíba: uma história do fortalecimento do movimento ambientalista e o debate sobre a crise da economia baleeira (1970-1980). *Topoi*, 2014, vol. 15, nº. 28.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial (II). *Revista de História*, 1958, vol. 16, nº 33, p. 149-176.

FADIGAS, Amanda Braga Melo de. *As Marisqueiras e a Reserva Extrativista Acaú-Goiana: Uma Análise de Práticas Participativas para a Conservação do Ambiente*. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FRANÇA, Ary. A Ilha de São Sebastião: Estudo de Geografia Humana. *Boletim de Geografia*, 1954, nº 10.

FREITAS, Simone Tupinambá; PAMPLIN, Augusto Zaitune; LEGAT, Jefferson; FOGAÇA, Fabíola Helena Santos dos; BARROS, Roseli Farias Melo de. Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, área de proteção ambiental do delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 2012, vol.15, nº 2. São Paulo May/Aug.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Currallistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1987.

FURTADO, Lourdes, Wilma LEITÃO, e MELLO, Alex. Fiúza de. *Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia*. In ACSELRAD, Henri (Org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, 2012, vol. 2, nº 3.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. *Boletim Goiano de Geografia*, 2006, vol. 26, nº 1, jan/jun.

HILBORN, Ray; GUNDERSON, Lance. Caos e paradigmas para a gestão da pesca. *Política Marinha*, 1996, vol. 2, p. 87-89.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; SEIXAS, Cristiana Simão e ALMUDI, Tiago. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. *Ambiente & Sociedade*, 2009, vol. XII, nº 1. p. 151-172.

KELLEHER, Graeme. *Guidelines for Marine Protected Areas*. Cambridge (UK): International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources, 1999.

KENCHINGTON, Richard. Strategic roles of marine protected areas in ecosystem scale conservation. *Bulletin of Marine Science*, 2010, nº 86 (2), p. 303-313.

KHAN, khtaruzzaman. ALAM, Ferdous, KHAN Jahirul Islã. The impact of co-management on household income and expenditure: An empirical analysis of common property fishery resource management in Bangladesh. *Ocean & Coastal Management*, 2012, nº 65, p. 67-78.

KOTTAK, Conrad Phillip. *The structure of equality in a Brazilian fishing community*. Unpublished Ph.D. Dissertation Columbia University, New York. 1966.

LESSA, P. Rosângela.; BEZERRA JR.; José Lúcio.; NOBREGA, Marcelo F. de. *Dinâmica das Frotas Pesqueiras da Região Nordeste do Brasil: Análise das principais pescarias*. UFRPE. Vol. 1. 2004.

LIMA, Maria Egito Alves de. *Gestão participativa na reserva extrativista Acaú-Goiana: o papel da comunidade de Acaú – PB*. Dissertação de Mestrado. UFPE, 2016, 156 f.

LINHARES, Jairo Fernando Pereira. Populações tradicionais da Amazônia e territórios de biodiversidade. *Revista Pós Ciências Sociais*, 2009, vol. 6, nº 11.

LITTLE, Paul E. *Amazônia: territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

LONGA ROMERO, Fanny. “O pescador é sofredor”: identidades e conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal na praia de Itapoã, Espírito Santo. *Estudos de Sociologia*, Local de publicação1, mai. 2014.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1985.

MANESCHY, Maria Cristina Alves. A mulher está se afastando da pesca? continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Série Antropologia)*, 1995, vol. 11, nº 2, p. 145-166.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres & Mares: espaço e indivisão da pesca marítima*. São Paulo: Annalume, 1993.

MAUÉS, Motta Maria Angélica. *A Literatura Oficial sobre a Pesca na Amazônia: uma Tentativa de Revisão Crítica*. Belém: NAEA/UFPA, 1980.

MARQUES, José Geraldo Wanderley. Etnoecologia, educação ambiental e superação da pobreza em áreas de manguezais. *Anais do Encontro Nacional de Educação Ambiental em Áreas de Manguezais*. Maragogipe: UFBA, 1993, p. 29-35.

MACHADO, Márcia. *Maricultura como base produtiva geradora de emprego e renda: estudo de caso para o distrito de Ribeirão da Ilha no município de Florianópolis - SC - Brasil*. Tese de doutoramento. UFSC, 2002. 199 p.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. In MATTOS, C.L.G., and CASTRO, P.A. (Orgs.). *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

MELLO, Alex Fiúza. *A Pesca sob o Capital: a Tecnologia a Serviço da Dominação*. Belém: UFPA, 1985.

MOURA, Danieli Veleda. *A Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na Luta pela Cidadania e Justiça Ambiental: Contribuições à Educação Ambiental Crítica*. Tese de Doutorado. Rio Grande: Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande-FURG, 2016.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira. *Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnoceanográfica*. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo – SP. Março, 2009.

MORAES, André Oliveira de. As iscas do mercado: relações de trabalho na pesca de Bagres no Rio Solimões. *Encontro Nacional de Geografia Agrária*. São Paulo, 2009, p.1-18.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia, São Paulo*. Dissertação de Mestrado, 1967.

MOURÃO, José Silva da.; NORDI, Nivaldo. Etnoictiologia de pescadores artesanais do estuário do rio Mamanguape, Paraíba, Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca*, 2003, nº 29 (1) p. 9-17.

OLIVEIRA, Nemuel Silva da; MAIO, Marcos Chor. Estudos de Comunidade e Ciências Sociais no Brasil. *Sociedade e Estado*, 2011, vol. 26, nº 3, p.521-550. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922011000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21/mar/2018.

PENNER, Maria Eunice. *Dialética da Atividade Pesqueira no Nordeste Amazônico*. Belém: UFBA. Dissertação de Mestrado, 1984.

PEREIRA, Barbara Elisa; DIEGUES, Antônio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 2010, nº 22, p. 37-50.

PIERSON, D.; Teixeira, C.B. Survey de Icapará. *Sociologia*, 1947, nº 9.

PLANTE, Steve. *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade*. São Paulo: Nupaub, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012. 362 p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RANSOM, Kevin P.; MANGI, Stephen C. Valuing Recreational Benefits of Coral Reefs: The Case of Mombasa Marine National Park and Reserve, Kenya. *Environmental Management*, 2010, nº 45(1), p. 145–154.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. *Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Editora Polis, 2002.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Andreza Andrade de. Uma etnografia dos mestres da pesca artesanal da Praia de Carne de Vaca, Goiana, PE. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, 2015, vol. 1, p. 50-71.

REBOUÇAS, Gabriel Nunes Maia; FILARDI, Ana Carla Leão e VIEIRA, Paulo Freire. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina. *Ambiente & Sociedade*, 2006, vol. IX nº 2.

ROCHA, Michele Silva Pimentel da. *Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, PB*. UFPB. Dissertação de Mestrado, 2010.121 p.

RODRIGUES, Jamile Araújo; GIUDICE, Dante Severo. A pesca marítima artesanal como principal atividade socioeconômica: o caso de Conceição de Vera Cruz, BA. *Cadernos do Logepa*, 2011, vol. 6, nº 2, p. 115-139.

RUDDLE, Kenneth. Systems Knowledge: Dialogue, Relationship and Process. *Environment, Development and Sustainability*, 2000, nº 2(3-4), p. 277-304.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. *Florestania: a saga acreana e os povos da floresta*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

- SANTILI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SCHMIDT, Carlos Borges. A lavoura Caiçara. Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrária. *Documentário da Vida Rural*, 1947, nº 14.
- SEIXAS, Cristiana Simão; KALIKOSKI, Daniela Coswig. Gestão participativa da pesca no Brasil: propostas, projetos, e documentação dos processos. *Biotemas. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 2009, nº 20, p. 119-139.
- SILVA, J. C da. *Pesca artesanal no Litoral Norte da Paraíba: contradições e pobreza - Recife (PE)*. Recife: UFP. Dissertação de Mestrado em Geografia, 1986. 140 f.
- SILVA, Luís Geraldo Santos da. *Caiçaras e Jangadeiros: Cultura Marítima e Modernização no Brasil*. São Paulo, Nupaub, 1993.
- SILVA, Janaína Barbosa Silva da. *Territorialidade da pesca no estuário de Itapessoca-PE: técnicas, petrechos, espécies e impactos ambientais*. Dissertação de Mestrado, 2006. 83 f.
- SILVA, Adriano Prysthon da. *Pesca artesanal brasileira. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos*. Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.
- SILVA, Catia Antonia da. História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro: a árdua tarefa de periodizar eventos. *Tamoios*, 2015, ano 11, nº 1, p. 2-19.
- SUURONEN, Petri.; JOUNELA, Pekka.; TSCHERNIJ, Vesa. Fishermen responses on marine protected areas in the Baltic cod fishery. *Marine Policy*, 2010, nº 34. p. 237–243.
- THOMAZ, Léa Maria. Representações Sociais dos Nativos da Ilha do Mel, Representações Sociais dos Nativos da Ilha do Mel - PR. *Ciências Sociais*, 1996, nº 85.
- TRIMBLE, Micaela Lázaro; BERKES, Fikret. Participatory research towards co-management: Lessons from artisanal fisheries in coastal Uruguay. *Journal of Environmental Management*, 2013, nº 128, p. 768-778.
- TSUJI, Tito Carvalho. “Sustentabilidade de recursos pesqueiros, pesca artesanal e cooperativismo: Análise de duas experiências no Maranhão”. São Luís (MA): Universidade Federal do Maranhão. Dissertação de Mestrado, 2011.
- VASCONCELOS, Marcelo; DIEGUES; Antônio Carlos; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa, A. L. (Org.). *Nas Redes da Pesca Artesanal*. Brasília: IBAMA-MMA, 2007, p.15-83.
- WILLEMS, Emílio; MUSSOLINI, Gioconda; *A Ilha de Búzios*. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2003.

WILSON, James. A.; ACHESON, James. M.; METCALFE, Mark.; KLEBAN Peter. Chaos, complexity and community management of fisheries. *Marine Policy*, 1994, vol. 118, p. 291- 305.

© Copyright Cleber Vasconcelos Oliveira y Revista *GeoGraphos*, 2018. Este artículo se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional.



GIECRYAL
GRUPO INTERDISCIPLINARIO DE
ESTUDIOS CRÍTICOS Y DE AMÉRICA LATINA